

A GÊNESE DA COMISSÃO BRASILEIRO-AMERICANA (CBAI) NA ESCOLA TÉCNICA DE CURITIBA

Lauro Gursky Junior¹

Carlos Raul Borenstein²

RESUMO

Este artigo pretende apresentar algumas considerações sobre o período de transição ocorrido na Escola Técnica de Curitiba por ocasião do final do Estado Novo e da Segunda Guerra Mundial, assim como a gênese da implantação de novas metodologias na educação tecnológica com o advento da Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial na Instituição. Pretende apresentar também uma breve análise do pensamento educacional aplicado durante a referida transição, nas relações que permeiam a metodologia e seus novos paradigmas.

Palavras-chave: História da Educação Tecnológica, Educação e Trabalho, Educação e Tecnologia, Ensino Industrial no Brasil, História do Brasil (1943-1946).

ABSTRACT

This article intends to present some reflections on the transition period that occurred in Curitiba's Technical School between the New State and The Second World War, as well as the genesis of the implantation of new methodology in technological education with the advent of the Brazillian-American Commission of Industrial Education in the institution. It also intends to present a brief analysis of the educational thought laid during this time of transition, in relation between the methodology and its new paradigms.

Key-words: *History of Technological Education, Work and Education, Education and Technology, Industrial Education in Brazil, History of Brazil (1943-1946).*

¹ Professor do Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná - CEFET-PR, mestre em Engenharia da Produção pela UFSC. igursky@cefetpr.br

² Engenheiro eletricitista, professor doutor do Curso de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. carlos26@eps.ufsc.br

1. INTRODUÇÃO

No ano de 1945, o mundo todo exibía as marcas da destruição causadas pela guerra. Os Aliados, vencedores, haviam derrotado as ditaduras e alterado radicalmente a correlação de forças no mundo.

No Brasil, já não fazia sentido a permanência de um Estado ditatorial, enquanto, lá fora, as tropas brasileiras lutavam exatamente contra as ditaduras nazi-fascistas.

As contradições políticas brasileiras se acentuavam. Ainda no mês de janeiro, no 1º Congresso Brasileiro de Escritores, foi elaborado um manifesto conclamando à democratização, com voto direto e secreto. Em oposição, a tendência continuísta se evidenciava através do movimento popular de apoio à Getúlio Vargas, conhecido como “Queremismo” (porque a massa popular, em suas manifestações gritavam: ‘Queremos Getúlio!’).

“A 29 de outubro daquele ano de 1945 era deposto o Presidente Getúlio Vargas e, com êle saía o seu Ministro da Educação, o qual tivera direta influência nos novos rumos que o ensino industrial tomara. A Lei Orgânica, o regulamento dos cursos, a organização da rede de escolas federais, e todos os atos complementares daqueles atestam, de sobejo, a importância emprestada e o carinho com que o Ministro Capanema olhava o ensino industrial. Na sua gestão, o país adotou nova política educacional. O ensino industrial deixou de ser o ramo desprezado da educação. Sua categoria subiu de nível; passou do elementar, para o segundo grau. A filosofia que lhe era peculiar e que o acompanhava havia séculos, destinando-o aos pobres, deserdados da sorte, evoluiu, transformando-o num imenso campo de atividades aberto a todas as camadas sociais. Os obstáculos que impediam o acesso aos cursos superiores foram afastados, e o ensino industrial, assim, democratizado. Os velhos prédios inadequados começaram a ser substituídos por outros, modernos e projetados para o fim a que se destinavam. As instalações de oficinas receberam grande afluxo de material novo.

Em nenhum outro período da vida administrativa do país, se encontra um Ministro que tenha feito mais pelo ensino industrial do que Gustavo Capanema.” (FONSECA, 1961, p. 280).

Em dezembro de 1945, a Revista Labor (publicação de órgão oficial da Escola Técnica de Curitiba), nº 15, ano 6, prefaciava em sua página de abertura:

“NOSSA PÁGINA

Dezembro de 1945 e o último número de “LABOR” para o presente ano letivo.

A expectativa das festas e de um descanso reparador incentiva-nos a concluir carinhosamente nossos trabalhos.

Só pode haver tranqüilidade onde há consciência do dever cumprido.

Para “LABOR” que êste ano retomou a regularidade das suas publicações,

após ter vencido o período das restrições de guerra, nada mais envaidecedor que um apanhado resumido da sua própria história.

O primeiro número do órgão oficial da Escola Técnica de Curitiba foi publicado em abril de 1940. Esse número focaliza em uma das suas páginas dados estatísticos sobre as matrículas efetuadas na Escola desde sua criação, o que vamos reproduzir e atualizar:

Em 1910 – 228 alunos matriculados; 1911 – 293; 1912 – 302; 1913 – 305; 1914 – 315; 1915 – 309; 1916 – 306; 1917 – 249; 1918 – 265; 1919 – 246; 1920 – 266; 1921 – 254; 1922 – 224; 1923 – 185; 1924 – 154; 1925 – 185; 1926 – 170; 1927 – 186; 1928 – 191; 1929 – 160; 1930 – 180; 1931 – 250; 1932 – 250; 1933 – 342; 1934 – 347; 1935 – 367; 1936 – 355; 1937 – 300; 1938 – 300; 1939 – 300; 1940 – 360; 1941 – 330; 1942 – 270; 1943 – 169; 1944 – 230; 1945 – 261.

Total – 9.400 matrículas.

Em 1940 foram publicados 3 números de “LABOR”. Nos anos de 1941 e 1942 foram normais as publicações – 3 números por ano. Em 1943 só foi possível a tiragem de um número. Em 1944 publicamos 2. Agora, em 1945, é com satisfação que distribuimos o terceiro número regularizando, assim, a tiragem da nossa revista.

Ciente de estar cumprindo suas finalidades, “LABOR” saúda todos aqueles que lhe emprestaram apóio, ou colaborando ou dispensando palavras de ânimo, num incentivo valioso para a realização de um programa construtor.”

2. CONTEXTO

O Estado Novo havia trazido consigo um novo entusiasmo para com a filosofia da educação. A instrução pública naquele momento fora vista como instrumento de coesão social, fator de construção da nacionalidade, assim como de formação do cidadão produtivo e patriota. O seu pretensioso pensamento racional e científico assumiu o papel de preceptor do povo e das crianças, marcado pelo discurso ideológico e pela menoridade social. A educação é quase uma religião cívica, que seria a principal responsável pela obra de regeneração das massas populares e pela organização do trabalho livre. Com o crescimento urbano e industrial do Estado Novo, procurou-se, através da educação, o equacionamento da questão urbana e a estruturação de “esquemas de controle” que viabilizassem o disciplinamento das populações resistentes, quer na vadiagem, na anarquia, ou outros pensamentos políticos e ideológicos, contrários à nova ordem que se implantava.

Nesse momento, o uso da mídia foi extremamente importante “porque a mídia constrói a realidade sob condições econômicas que condicionam suas mensagens e poderosamente transmitem valores que tem importantes efeitos sociais e políticos” (AUFDERHEIDE, p.6)

O decreto nº 4.127, de 25 de fevereiro de 1942, pelo qual ficavam instituídas a Escola Técnica Nacional e a Escola Técnica de Química, no Estado do Rio de Janeiro, criava também a Escola Técnica de Manaus, Escola Técnica de São Luís, Escola Técnica de Niterói, Escola Técnica de São Paulo, **Escola Técnica de Curitiba**, Escola Técnica de Pelotas, Escola Técnica de Belo Horizonte e a Escola Técnica de Goiânia. Todas elas traziam consigo esse discurso ideológico e deveriam contribuir para a organização do trabalho, formando, pois, operários qualificados em escola profissional, nacional (para se evitar o perigo da “anarquia estrangeira”), institucionalizando, portanto, que o trabalhador nacional, agora detentor do saber fazer, ficasse ideologicamente sob o controle da burguesia. Nesse período foi fundamental a intervenção do estado através do ensino público, para garantir a formação de bons hábitos, através de uma organização científica e racional, dispensando grandes cuidados com a organização de aparelhos disciplinares para um mais eficiente combate a criminalidade, criando condições efetivas para a absorção dos padrões morais e da ordem hierárquica.

Na Escola Técnica de Curitiba, o método intuitivo foi largamente utilizado em todas as disciplinas dos cursos técnicos, pois partia-se do princípio de que “para que o ensino fosse produtivo, era preciso saber ensinar, pois não poderia haver ensino produtivo sem a adoção de métodos que estariam transformando em toda parte o destino da sociedade”(QUELUZ, p. 102).

Em História, o método de ensino defendia como modo de aprendizado tornar, quando possível, como ponto de partida para compreensão do passado, o estado presente, não esquecendo nunca de fazer a correspondência entre o presente e o passado, fixar os fatos principais por narrações, colocando tudo no seu lugar cronológico e bem ligado numa exposição simples e contínua. Eram as “funções de controle que estavam presentes nas lições da sala de aula. Professores gerenciam lições, recebem as notificações... e ajustam o curso de acordo com a lição”(TIFFIN, 1995, p. 19). Obviamente não se deveria esquecer, sempre que possível, de realizar comentários morais, pois a disciplina de História era vista como o principal instrumento de formação patriótica e cívica do aluno.

Nesse momento, não se levou em consideração que “o conhecimento não pode ser reduzido unicamente ao racional. Conhecer significa compreender todas as dimensões da realidade, captar e expressar essa totalidade de forma cada vez mais ampla e integral”(MORAN, p. 28).

Durante o Estado Novo, contexto em que surgiram as Escolas Técnicas, a organização disciplinar era outro aspecto fundamental para o sistema de ensino. Para se obter o operário disciplinado, propõe e põe em prática: o recurso didático militarista dos batalhões escolares, aplica a disciplina de instrução militar, implanta as aulas de “ginástica sueca” (principalmente direcionada ao sexo feminino). Estas medidas didáticas-disciplinadoras, conjugadas com o conteúdo patriótico e cívico-nacionalista de disciplinas como a História, os conselhos de persuasão usados nas aulas de prosódia, e aos hábitos de higiene a serem propagados pelos professores, permitiriam às Escolas Técnicas atingirem os seus objetivos. Assim, desta forma, seria possível evitar fenômenos de delinquência, semelhante aos dez mil apaches franceses

(ver PERROT, 1988), oriundos das camadas populares.

O modelo para a organização da sociedade e da escola passava a ser a racionalidade da fábrica. Defendia-se um discurso científico para a educação, enfatizando os “aspectos técnicos e metodológicos, isto é, os meios tidos como racionais e científicos” a revisão dos programas de ensino, o laicismo, a co-educação dos sexos, a educação pública e gratuita, a orientação profissional, os testes de aptidões, rapidez, precisão e maximização dos resultados escolares.

Enquanto esse pensamento educacional ocorria com o Estado Novo, os Chefes de Estado dos países que constituíam a União Pan-Americana, inclusive o Brasil, aceitaram o convite da República do Panamá, para a reunião de uma Primeira Conferência de Ministros e Diretores de Educação das Repúblicas Americanas. Desta Conferência resultaram numerosas resoluções, recomendações, acordos e convenções que viriam modificar os sistemas públicos de ensino americano.

Quanto ao ensino industrial e técnico, foi aprovada uma recomendação (de número XV - ESCOLAS DE ENSINO INDUSTRIAL E TÉCNICO), a qual viria influenciar profundamente este tipo de ensino no Brasil.

“Na Resolução XXVIII, relativa à Educação nas Américas, a Primeira Conferência de Ministros e Diretores de Educação das Repúblicas Americanas recomendava que os governos individualmente, ou por meio de convênios, tomassem providências destinadas a elevar o nível educacional, a estender facilidades educacionais e a melhorar, em geral, o papel da educação, como uma contribuição importante para o entendimento e a solidariedade interamericana”(FONSECA, 1961, p. 563).

Embasado nesta Resolução, o então Ministério da Educação e Saúde entrou em entendimentos com as autoridades educacionais norte-americanas, representadas na ocasião pela Inter-American Foundation Inc., a qual era subordinada ao Office of Inter-American Affairs, resultando um acordo para a realização de um programa de cooperação educacional mediante intercâmbio de educadores, idéias e métodos pedagógicos. Tal acordo foi assinado no dia 03 de janeiro de 1946, pelo Ministro da Educação, Raul Leitão da Cunha, representando o Brasil, e pelo Sr. Kenneth Holland, Presidente da Inter-American Educational Foundation, Inc., representando os Estados Unidos.

A cláusula IV daquele documento determinava o surgimento, como parte integrante do nosso Ministério da Educação e Saúde, de uma comissão especial, denominada Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial (CBAI), a qual atuaria como um órgão executivo na aplicação do programa de cooperação educacional.

O Diretor da Diretoria do Ensino Industrial do Ministério da Educação e Saúde seria o Superintendente da CBAI, sendo assessorado por um Representante Especial da Inter-American Education Foundation, Inc. Assim, o Superintendente seria o Dr. Francisco Montojos (Diretor do Ensino Industrial), e o Sr. John B. Griffing, o primeiro Representante Americano.

A Escola Técnica de Curitiba vai ser profundamente influenciada em sua metodologia de ensino pela CBAI, recebendo técnicos norte-americanos como professores de seus cursos técnicos e industriais, enviando professores e técnicos da instituição para cursos nos Estados Unidos, e vindo a sediar o Centro de Pesquisas e

Treinamento de Professores da CBAI.

Nessa época, a metodologia de ensino seguia o “exemplo clássico adotado pelo desenvolvimento tecnológico, tentando aplicar o raciocínio abstrato, de maneira científica, para utilização de sistemas organizativos, podendo ser encontrado no taylorismo. Visando obter uma maior eficácia econômica, o taylorismo fragmenta socialmente a força de trabalho através de um sistema hierárquico, matematizando a situação de trabalho de forma objetiva e científica” (BASTOS, 1997, p. 09).

A CBAI trouxe consigo esta metodologia, aplicando-a em sua plenitude na Escola Técnica de Curitiba, no chamado método TWI (Training Within Industry) – Treinamento dentro da Indústria – destinado a habilitar mestres ou supervisores industriais, ou, de um modo geral, todos os que exercem funções de comando, a substituírem noções de trabalho, por atitudes mais metódicas e racionais, buscando uma harmonia mais perfeita nas relações humanas que decorrem das próprias condições do trabalho, de maneira a obter uma eficiência maior dos homens, das máquinas e das ferramentas empregadas nos serviços a serem executados.

Este método, que foi aceito amplamente no período de expansão de pós-guerra, “teve como base um conjunto de práticas de controle de trabalho, tecnologias, hábitos de consumo e configurações de poder político-econômico que pode com razão ser chamado de fordista-keynesiano” (HARVEY, 1993, p. 119).

Aplica-se aqui, o que se convencionou chamar de “modus operandi” ou de “savoir-faire”, que em outros termos significa que é a parte do conhecimento que escapa ao discurso, e que é ensinada na prática. É o conhecimento do “saber fazer” adquirido pela experiência, que corresponde ao “como fazer”, sendo portanto um processo dinâmico, em oposição ao conhecimento declarativo do “porque fazer”.

3. CONCLUSÃO

É neste momento da História, quando finda uma brutal guerra mundial, em que novos paradigmas da educação tecnológica são testados, em que verdadeiramente estão as origens do desenvolvimento industrial brasileiro, com as mudanças ocorridas na reversão do capital cafeeiro para o capital industrial, que a Escola Técnica de Curitiba, com a implantação do acordo de cooperação conhecido como CBAI, irá dar novos rumos ao seu sistema educacional.

“Em decorrência de guerras, de crises internacionais, de problemas na exportação etc., a importação tornou-se difícil ou impossível, estimulando uma política voltada à sua substituição” (MOTOYAMA, 1994, p. 16). Porém, deve-se lembrar que, neste momento (meados da década de 1940), “dentro da divisão internacional do trabalho, não competia ao Brasil impulsionar capital industrial. Em conseqüência, dentro desse contexto, o desenvolvimento industrial brasileiro tinha de ser necessariamente limitado. Não é por acaso, portanto, que as indústrias estabelecidas tenham sido predominantemente de bens de consumo” (MOTOYAMA, 1994, p. 19).

Também não é por acaso, portanto, que os cursos industriais ofertados pela Escola Técnica de Curitiba, tenham a finalidade precípua de atender a este tipo de indústria e sua demanda.

Os cursos industriais ministrados nesta ocasião na Escola Técnica de Curitiba foram os seguintes: a) serralheria, b) mecânica de máquinas, c) mecânica de automóveis, d) carpintaria, e) alvenarias e revestimentos, f) pintura, g) marcenaria, h) artes de couro, i) alfaiataria, j) corte e costura, k) tipografia e encadernação (LABOR, ano 5, nº 12, s.p.).

Para a correta compreensão deste momento histórico vivenciado pela Escola Técnica de Curitiba, vale o alerta de que “a dimensão da história torna-se, pois, o elo para nos aproximar dos cerne das técnicas e das tecnologias. Estas não são fatos isolados ou fragmentos de peças fragmentadas. Tudo é revestido de história, de acontecimento e de ação humana interpretando a vida e reconstruindo seu destino. A história aproximará também a educação da tecnologia enquanto força propulsora para resgatar a técnica, situá-la no seu devido lugar e interpretá-la a serviço do bem comum da sociedade. A história oferecerá à educação os meios não só para entender mais profundamente as técnicas, mas também os instrumentos necessários para superar as dificuldades na transmissão de conhecimentos e na sua execução restrita a meras aplicações.”(BASTOS, 1997, p. 12).

Mas não podemos prescindir de que “compreender o lugar fundamental das tecnologias da comunicação e da inteligência na história cultural nos leva a olhar de uma nova maneira a razão, a verdade, e a história, ameaçadas de perder sua preeminência na civilização da televisão e do computador”(LÉVY, 1993, p. 87).

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AUFDERHEIDE, Patrícia. **Conceitos chaves para compreensão da mídia**, (mimeo), s.d, 10 pgs.
- BASTOS, João Augusto S. L. A. **Educação e Tecnologia**, in: Educação e Tecnologia nº 1. Curitiba: CEFET-PR, 1997
- FONSECA, Celso Sukow da. **História do Ensino Industrial no Brasil**, Rio de Janeiro, 1961
- HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**, São Paulo: Loyola, 1993.
- LÉVY, Pierre. **As tecnologias da inteligência**, Rio de Janeiro: 34, 1993.
- MORAN, J. M. **A Escola do Amanhã: Desafio do Presente**, artigo referente ao XXV SBTE, 1993.
- MOTOYAMA, Shozo (organizador). **Tecnologia e Industrialização no Brasil: uma perspectiva histórica**, São Paulo: UNESP, 1994.
- PERROT, Michele. **Os Excluídos da História**, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- QUELUZ, Gilson Leandro. **Método Intuitivo e o Serviço de Remodelação do Ensino Técnico-Profissional**, in Educação e Tecnologia nº 3, Curitiba: CEFET-PR, 1998.
- TIFFIN, John e Rajasingham, L. **In search of the virtual class**, Londres: Routledge, 1995.